

SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO SIGNO**INTRODUZINDO E PROBLEMATIZANDO PAPÉIS TEMÁTICOS E
HIERARQUIAS TEMÁTICAS: UMA QUESTÃO DE INTERFACES***Eduardo Correa Soares¹**Sérgio de Moura Menuzzi²***RESUMO**

Os papéis temáticos e as hierarquias temáticas vem sendo largamente utilizados nas teorias linguísticas que visam a tratar da realização argumental. Neste trabalho, nossos objetivos específicos são (a) introduzir e problematizar papéis temáticos e hierarquias temáticas; e (b) demonstrar que as utilização das noções de papéis temáticos e de hierarquia temática refletem a interface entre sintaxe, semântica e pragmática. Para chegar a isso, faremos uma revisão da literatura a respeito dos papéis temáticos, focando as questões controversas da teoria. Por fim, chegaremos a conclusão de que (i) os papéis temáticos não podem ser os primitivos para a realização argumental, mas ainda podem ser largamente utilizados em descrições linguísticas como elementos da descrição primária da língua, e (ii) de que as hierarquias temáticas refletem generalizações acerca realização dos argumentos guiadas pela interfaces da semântica, da sintaxe e da estrutura informacional.

Palavras-Chave: Interfaces. Realização de argumentos. Papéis temáticos. Hierarquia temática.

INTRODUÇÃO

Desde o fim da década de 60, a noção de papel temático vêm sendo largamente adotada como uma forma de representação do significado lexical que é útil na explicação da “interface” entre sintaxe e semântica. Mais especificamente, papéis temáticos como agente, paciente, etc., são considerados instrumentos úteis para descrever e explicar a “realização dos argumentos”, isto é, o tipo de categoria sintática (SN, SP, etc.) e a função gramatical (sujeito, objeto

direto, etc.) que os termos dependentes do verbo adquirem em função da semântica verbal.

Os papéis temáticos, segundo os autores que os empregam, seriam as “porções” dos significados dos verbos relevantes para a sintaxe. Eles representariam, de um lado, o modo como conceptualizamos o tipo de situação ou acontecimento do mundo expresso pelo verbo. Fariam isso codificando o modo como uma entidade – o argumento verbal – participa desta situação ou evento: um agente é um participante ativo, atuante; um paciente, é passivo e afetado, etc. Ao mesmo tempo, estes papéis seriam a informação que indicaria para a gramática da língua que mecanismos gramaticais – como posição na frase, concordância, preposições, etc – utilizar na expressão de um determinado argumento.

O objetivo desse artigo é, além de introduzir a teoria de papéis temáticos de maneira simples e direta, discuti-la; focaremos, principalmente, na questão de saber se os papéis temáticos são a maneira apropriada de descrever os aspectos da semântica lexical e da sintaxe para os quais eles foram criados. Procuraremos mostrar que os papéis temáticos ainda podem ser utilizados em descrições linguísticas – se não como primitivos teóricos, certamente como elementos úteis na descrição primária das relações entre significado e funções gramaticais de uma língua.

O artigo está organizado do seguinte modo:

Na seção 1, tentamos caracterizá-los ao mesmo tempo que buscamos motivar seu uso dentro da descrição das funções da semântica e da sintaxe na realização argumental. Na seção 2, introduzimos as propriedades essenciais tomadas como base da “teoria clássica” dos papéis temáticos – propriedades que, como veremos, levantam questões controversas. Na seção 3, voltamos ao texto fundador da teoria – o artigo “The Case for Case”, de Charles Fillmore – para analisar de onde emergem as controvérsias. Nas seções 4 e 5, apresentamos duas formas de conceber os papéis temáticos: a originalmente utilizada por Fillmore, em que a representação lexical é concebida como uma lista de papéis temáticos universais; e uma representação alternativa, que busca solucionar alguns dos problemas descobertos na representação original – por exemplo, delimitando o número de papéis temáticos possíveis. Na seção 6, mostramos como os papéis temáticos vêm sendo utilizados na sua principal função: a de

fazer a mediação entre semântica lexical e sintaxe verbal; veremos que, para esta função, a teoria precisa de um instrumento adicional, a chamada “hierarquia temática”. Por fim, na seção 7, retomamos diferentes propostas de hierarquias temáticas, observando a complexidade do fenômeno linguístico que procuram explicar; queremos, com isso, mostrar que as hierarquias podem, na verdade, expressar fenômenos resultantes da interface não apenas entre semântica e sintaxe, mas também da chamada “estrutura informacional”. Finalmente, na conclusão, retomamos os principais aspectos de nossa discussão.

1. PAPÉIS TEMÁTICOS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM?

Para uma ideia inicial, pode-se dizer que papéis temáticos são relações que estão diretamente ligadas ao significado dos verbos. São também chamadas de *papéis semânticos*, *papéis- θ* , *relações temáticas* ou até mesmo *casos* (na teoria dos “casos semânticos” de Fillmore 1968). É importante salientar que, apesar da origem desta noção de “caso” estar relacionada à de *caso morfológicamente marcado*, como, por exemplo, o nominativo e o acusativo do latim, elas NÃO são equivalentes, como veremos a seguir.

Em Cançado (2005, p. 111), vemos que “os papéis temáticos, quando vistos sob uma ótica semântica, também são assumidos como representações mentais; são noções que dizem respeito à ligação entre um conceito mental e o sentido do verbo.” Em outras palavras, eles são parte da representação do “significado conceitual” de um verbo. Por exemplo, “verbos de ação transitiva”, como *cortar*, possuem um *agente* e um *paciente*. Entretanto, há verbos que são sintaticamente transitivos, mas não descrevem uma “ação transitiva”: por exemplo, em *João adora os quadros do Picasso*, *João* não faz nada e muito menos *os quadros do Picasso* sofrem qualquer efeito. Antes, estamos diante de um processo em que *João* é um *experenciador* – experiencia alguma sensação física ou psíquica – e os quadros são a *origem* ou a *causa* desta sensação. Isso mostra que os papéis temáticos são noções que explicitam o modo como os verbos representam mentalmente diferentes tipos situações do mundo. Nessa perspectiva, estamos mais próximos de uma definição do conteúdo semântico dos papéis temáticos.

No entanto, como é possível provar que existem noções tão abstratas como as “representações mentais do significado de um verbo”? Só podemos realmente dizer que estamos diante de uma entidade com realidade psicológica no momento em que, além de termos intuições sobre ela, podemos também identificar fatos linguísticos, ou “testes”, que demonstram como essas entidades refletem alguma propriedade da língua. Um exemplo disso é, justamente, a associação entre papéis temáticos e funções gramaticais, tais como sujeito, objeto direto, complemento preposicionado. Associando-os a essas funções, podemos sustentar que um determinado papel temático – o de agente, por exemplo – é um aspecto real da representação mental de certos verbos, quando atestamos que a noção de agente tem um determinado reflexo sistemático na realização das funções gramaticais de um verbo: no caso dos agentes, são sistematicamente realizados como o sujeito na voz ativa – isto é, na forma flexional mais simples do verbo.

Mas, para que servem os papéis temáticos? Conforme Levin & Rappaport Hovav (2005, p. 35), “em uma lista de papéis semânticos, aspectos gramaticalmente relevantes do significado de um verbo são representados por um conjunto de marcas (etiquetas) identificando o papel que cada um dos argumentos de um verbo toma no evento que denota.” Mesmo na gramática tradicional dizemos que um verbo transitivo – na verdade, um verbo de “ação transitiva” – possui um *agente*, um *paciente* e, possivelmente, um *instrumento*; e que esses argumentos correspondem ao sujeito, ao objeto direto e ao oblíquo: *João cortou o pão com uma faca*. Com isso, falar de uma lista de papéis temáticos permite caracterizar aspectos do significado do verbo que são importantes para a realização de termos dependentes dele.

Complexo? Pode ficar mais. Por exemplo, os papéis temáticos não precisam ser somente atribuídos por verbos; nomes derivados de verbos têm também essa capacidade. Nesse tipo de substantivos, um novo sistema gramatical emerge: poderíamos dizer que *Roma* é um agente e *Cartago* é um paciente tanto em *Roma venceu Cartago* quanto em *Roma derrotou Cartago*; no entanto, quando fazemos as nominalizações correspondentes, temos *A vitória de Roma sobre Cartago* e *A derrota de Cartago para Roma*. Isso sugere que as noções de *agente* e *paciente* precisam ser refinadas, se assumimos que elas são as noções mais importantes na caracterização dos verbos de “ação transitiva”. A

seguir faremos, então, uma revisão crítica preliminar da teoria dos papéis temáticos, partindo das suas definições e chegando a algumas das discussões atuais acerca das ideias que eles evocam.

2. CARACTERÍSTICAS QUE SE DISCUTEM

Levin & Rappaport Hovav (2005, p. 35), baseado em Croft (1991), afirmam que é possível identificar algumas características comuns às teorias que sustentam que o significado dos verbos pode ser adequadamente descrito em termos de “listas de papéis temáticos”. Essas teorias, normalmente, presumem que:

(i) os papéis temáticos sejam tomados como elementos semanticamente indecomponíveis – isto é, não analisáveis em elementos menores de significado. Por exemplo, um agente pode ser definido como um ser animado que age intencionalmente, mas nenhum dos elementos da definição teriam um papel sistemático para a realização gramatical fora da noção de agente.

(ii) os papéis temáticos possam ser definidos independentemente do significado específico dos verbos. Por isso, tanto *vencer* quanto *derrotar* teriam um agente e um paciente como papéis temáticos.

(iii) a lista de papéis temáticos que podem ser encontrados nos verbos das diferentes línguas seja pequena e universal.

Vemos também que, no longo desenvolvimento da teoria dos papéis temáticos, frequentemente, essas mesmas características são problematizadas. Se tomarmos como ponto de análise a característica (i), por exemplo, vemos em Dowty (1991), Van Valin & LaPolla (1997) e outros autores, a proposta de que os papéis devem ser decompostos em elementos mais básicos de significado. Dowty (1991) procura defini-los como conjuntos de *acarretamentos lexicais* que os verbos trazem sobre seus argumentos, ou seja, em todas as utilizações do verbo, se, ele acarreta alguma coisa, ela é obrigatoriamente verdadeira, se a frase em que o verbo está inserido é verdadeira, e obrigatoriamente falsa, se a frase em que o verbo está inserido não é verdadeira. Assim, um verbo tem um argumento agente se o significado verbal acarreta para este argumento, as propriedades de volição, sensibilidade, causação e movimento (adicionalmente, a existência independente

do evento denotado pelo verbo).

Considere, por exemplo, *morder* e *quebrar*, em *João mordeu o pão* vs. *João quebrou o copo*. Em *João mordeu o pão*, *João* possui, necessariamente, controle sobre o evento e é, portanto, um agente. Em *João quebrou o copo*, entretanto, *João* pode tê-lo feito acidentalmente: *João* na verdade faz algo que causa o evento de o *copo* quebrar; *João* não é um agente, mas um iniciador do evento. Essa diferença se revela também no fato de que somente o verbo *quebrar* pode denotar o evento causado sem referir-se ao causador – *O copo quebrou*. Verbos que denotam eventos com agentes não podem denotar apenas a situação resultante: **O pão mordeu*.

Quanto à característica (ii), também encontramos na literatura diversas propostas em que os papéis temáticos são atribuídos de modo dependente do significado específico do verbo. É o que acontece com os verbos já discutidos na seção 1, *vencer* e *derrotar*, que, apesar de em alguns contextos apresentarem os mesmos papéis temáticos, em outros diferem nitidamente de significado, como em *João venceu a corrida* vs. **João derrotou a corrida*.

Por fim, (iii) parece ser a característica mais problemática, já que não há consenso em relação a *quantos* papéis temáticos são necessários, nem quanto a *quais* são eles. Assim, as listas de papéis temáticos propostas podem diferir radicalmente em sua composição como veremos adiante. Ainda assim, há um objetivo comum a todas as propostas: desde a sua fundação, “a meta da teoria dos papéis temáticos é a identificação de um conjunto de papéis temáticos que seja aplicável a qualquer argumento de qualquer verbo” (LEVIN & RAPPAPORT-HOVAV, 2005, p. 36). Para vermos isso, voltamos a seguir aos textos fundadores da teoria e analisamos como foi proposta a teoria e os problemas que a motivaram.

3. A FUNDAÇÃO EM “THE CASE FOR CASE”

A noção de papéis temáticos, tal como os compreendemos hoje, foi introduzida por Gruber (1965) em sua tese de doutorado, tendo sido popularizada por Fillmore (1968, 1971 e 1977) e Jackendoff (1972). Noções semelhantes já haviam sido exploradas na tradição gramatical hindu, dedicada à descrição do

sânscrito, e mesmo na tradição ocidental – em que as noções de agente e paciente são utilizadas, por exemplo, na explicação da alternância ativa/passiva. O artigo que colocou os papéis temáticos no centro da discussão gramatical contemporânea foi o clássico *The case for case*, de Fillmore (1968). É neste artigo que ele discute um dos exemplos prototípicos das diferentes possibilidades de realização argumental, a chamada alternância causativa/incoativa:

(1) a. João abriu a porta (com a chave).

b. A chave abriu a porta.

c. A porta abriu.

Vemos na oração (1a) três argumentos do verbo *abrir*, aos quais Fillmore atribuiu os seguintes papéis temáticos: a *João*, o de agente; a *porta*, o de objetivo, e a *chave*, o de instrumento. As três frases permitem que algum desses argumentos seja omitido. O que nossa descrição das frases em (1) deve ser capaz de expressar são três fatos básicos:

(i) as três frases estão relacionadas semanticamente (possivelmente, por hiponímia/ acarretamento), representando modos diferentes de conceber uma “situação” de abrir – na verdade, podendo inclusive ser modos diferentes de conceber *o mesmo evento*. Por exemplo, estamos dentro de uma sala cuja porta está trancada e tentamos abri-la. Quando a porta for aberta, podemos exclamar *Olha, a porta finalmente abriu!* ou *Finalmente abrimos a porta!*. Estas são orações que, apesar de se referirem ao mesmo evento, são modos distintos de concebê-lo: na primeira, simplesmente há uma mudança de estado na porta, que fica aberta; enquanto, no segundo, há um agente (*nós*) causando que haja uma mudança de estado na porta, que, por resultado dessa ação, fica aberta.

(ii) nas três frases, os argumentos possuem exatamente os mesmos papéis temáticos, embora possam ter funções gramaticais diferentes. Assim, *a chave* é o instrumento em (1a) e (1b), embora seja um oblíquo na primeira e o sujeito da segunda; e *a porta* é o paciente nas três, embora seja o objeto direto de (1a) e (1b), e o sujeito em (1c).

(iii) Dos três argumentos que podem ser tomados pelo verbo, somente o paciente é obrigatório, o que sugere que *abrir* é inerentemente completado por algo que possa ficar aberto, mas não necessariamente por um “abridor”.

Utilizando a noção de papéis temáticos, podemos expressar (i), (ii) e (iii)

facilmente: as três frases representam eventos de abrir; e podemos conceber diferentes eventos de abrir, um focalizando apenas seu paciente (como em (1c)), ou outro, o paciente e o instrumento utilizado (em (1b)), ou ainda o paciente e o agente (com ou sem instrumento, como em (1a)). Ou seja, o recurso das listas de papéis temáticos nos permite descrever, ao menos parcialmente, as relações semânticas entre diferentes usos de um mesmo verbo. Podemos representar, compactamente, as propriedades de *abrir* do seguinte modo (parênteses indicam argumentos que podem ser omitidos, e a ordem dos argumentos indica prioridade para ser sujeito (hierarquia temática), que ainda iremos ilustrar):

abrir. (Agente) (Instrumento) Paciente

Aproveitemos para reiterar um ponto importante, que os exemplos em (1) tornam definitivo: não há relação necessária entre função gramatical e semântica de um argumento verbal. Embora a gramática tradicional enfatize que o agente é o sujeito, o paciente é o objeto direto e instrumentos são "adjuntos adverbiais", os exemplos em (1) mostram que instrumentos e pacientes podem ser sujeitos, também.

Fillmore (1968) foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos contemporâneos da relação entre gramática e semântica precisamente por revelar para os linguistas aquilo que Gruber (1965) já deixara claro: há muitos fatos linguísticos que deixam de receber uma análise interessante se deixamos de lado a semântica. O problema dessa relação é ilustrado por uma observação que Chomsky (1965) faz no clássico *Aspects of the theory of syntax*. Entre os problemas residuais que identifica para a teoria que desenvolve no livro, está a questão de que sua noção de "estrutura profunda" e, especialmente, de "sujeito e objeto profundos" não consegue representar o que há de comum nas frases em (2):

(2) a. João me parece pomposo.

b. Eu considero o João pomposo.

Vemos que os pronomes *me* em (2a) e *Eu* em (2b) tem uma interpretação semelhante, apesar das duas frases não terem "estruturas profundas" semelhantes. Observe-se também que, se acompanhamos a gramática tradicional e dizemos que *Eu* é um "agente" em (2b), teremos de admitir que *me* também é "agente" em (2a). Na teoria dos papéis temáticos, como vimos antes, temos um

termo próprio para o tipo de participante denotado por *Eu* e *me* em (2) – o mesmo tipo de participante que *João* é em *João adora os quadros de Picasso* – um experienciador de sensações psíquicas. Fillmore (1968) utiliza, para esta noção, o termo *dativo* – que parece impróprio por ser comumente associado, na tradição gramatical, a outra classe semântica de argumentos, que inclui os possuidores (*João* em *Paulo deu/passou/jogou o livro para João*) e os beneficiários (*Maria* em *Suzana fez um bolo/comprou uma casa/deu uma dispensa para Maria*).

Como deve ter ficado claro, a teoria dos papéis temáticos, tal como concebida por Fillmore (1968), procurava oferecer noções que possam tanto descrever aspectos comuns na semântica dos vários usos de um mesmo verbo, como também aspectos comuns na semântica de verbos diferentes. Não havia mecanismos descritivos com essa função na teoria de Chomsky (1965), e a proposta de Fillmore (1968) surge justamente para tentar sanar essas e outras dificuldades. Assim, os grandes méritos dos primeiros artigos sobre a teoria dos papéis temáticos foram: (i) adicionar ao modelo gerativo um componente semântico-interpretativo (“a conceptual framework for the interpretation of cases systems”, de acordo com Fillmore (1968, p.21), componente que passou a estar no centro do debate sobre a relação entre sintaxe e semântica; (ii) separar o chamado “caso abstrato” ou “semântico” – isto é, o papel temático – do “caso gramatical”, ou morfossintático, como vemos pela afirmação de Fillmore (1968, p. 11) de que “o [caso] acusativo não é limitado ao significado de paciente; ele bem pode expressar alguns outros significados”; é claro que a mesma observação vale para as funções gramaticais de sujeito e objeto; e, finalmente, (iii) colocar na agenda do estudo sobre o significado lexical a importância de se identificar, precisamente, quais as funções semânticas dos argumentos verbais – isto é, quais seus “papéis temáticos” (para Fillmore (1968), quais os “casos semânticos” ou “profundos”). A seguir, detalharemos os papéis temáticos que Fillmore (1968) propõe e o modo desse autor de conceber a relação entre semântica e sintaxe por meio de papéis temáticos: as listas de papéis temáticos.

4. LISTAS DE PAPÉIS TEMÁTICOS

Fillmore, portanto, é um dos primeiros autores a procurar sistematizar uma teoria geral dos tipos semânticos de argumentos. De fato, ele procura detalhar uma lista de "casos universais":

As noções de caso incluem um conjunto universal, presumivelmente inato, de conceitos que identificam certos tipos de julgamentos que os humanos são capazes de fazer sobre os eventos. (...) Os casos que parecem ser necessários incluem: Agente (A), tipicamente o caso do ser animado percebido como instigador da ação; Instrumento (I), o caso da força inanimada ou do objeto causador envolvidos na ação ou no estado; Dativo (D), o caso dos animados sendo afetados por estados ou ações [o que inclui o "experenciador"]; Factivo (F), o caso do objeto que é resultado da ação ou do estado ou que é entendido como parte do significado do verbo; Locativo (L), o caso que identifica o lugar ou a orientação espacial do estado ou ação; Objetivo (O), o caso semanticamente mais neutro, de qualquer coisa representável por um nome e cujo papel só pode ser identificado pela interpretação do verbo; conservadoramente o conceito pode ser limitado a coisas que são afetadas pela ação ou que se apresentam no estado denotado pelo verbo (FILLMORE, 1968, p.24).

O problema nessa lista é que ela se torna maior cada vez que analisamos mais alguns exemplos de manifestações sintáticas. Se tomamos a função sintática de sujeito e examinamos quais papéis temáticos lhe podem ser atribuídos, vemos uma superabundância de rótulos semânticos com distintas, mas relacionadas, manifestações sintáticas. Dos exemplos em (1), a lista de Fillmore (1968) dá conta sem maiores problemas. Expandindo os exemplos em análise, temos *João debateu o problema com Pedro*, que possui a mesma manifestação sintática da oração em (1a). No entanto, os demais padrões sintáticos possíveis diferem de (1). Podemos ter *João e Pedro debateram o problema*, mas não ??*João e a chave abriram a porta* e nem **O problema debateu*. Poderíamos dizer que, nesses exemplos, *Pedro* tem um papel temático diferente, que vamos chamar de "comitativo", ou seja, o ser que protagoniza o evento junto com o agente. Tomando mais um exemplo de um padrão sintático semelhante, poderíamos analisar *O caminhão colidiu com o poste* como mais um caso de agente e comitativo. Entretanto, não temos novamente todas as mesmas manifestações sintáticas, pois soa estranho uma oração como ??*O caminhão e o poste colidiram*, o que acarretaria a formulação de mais um papel temático.

Voltando ao verbo analisado por Fillmore (1968), temos *A chave abriu a porta*, *A porta abriu com a chave*, *O vento abriu a porta*, *A porta abriu com o vento*

e também *João abriu a porta com a chave*, mas não **João abriu a porta com o vento*. Dessa forma, teríamos que postular mais um papel, que está em uma distribuição diferente dos demais e que seria atribuído a *vento* nessas orações – o chamado “causador” (LEVIN & RAPPAPORT-HOVAV, 1995, p. 135). No entanto, o papel temático de causador tem uma manifestação diferente em *João morreu de câncer*, o que exigiria a formulação de um novo papel temático. Mesmo aqueles que parecem ser razoavelmente consensuais, como o instrumento, também têm sido objeto de estudo e vêm sendo decompostos em mais papéis: em *João cortou o pão com a faca.*, temos um instrumento intermediário, ou seja, ele é obrigatório para que haja o evento de cortar; por isso podemos ter a oração *A faca cortou o pão*. Já em *O João observou a cena com o binóculo.*, o instrumento é somente um facilitador e, por isso, não pode ser sujeito, como vemos na agramaticalidade de **O binóculo observou a cena*. Essa necessidade de aumentarmos o número de papéis temáticos tendo em vista diferentes realizações sintáticas é o que Dowty (1991, p. 553-555) chama de “fragmentação de papéis [temáticos]”, o que, obviamente, constitui um problema para a teoria que pretendia ter um pequeno conjunto de papéis. Na seção que segue, exploramos uma maneira de tentar limitar essa proliferação de papéis temáticos: subordinação a tipos básicos de eventos.

5. LIMITANDO PAPÉIS TEMÁTICOS A TIPOS BÁSICOS DE EVENTOS

O problema geral que dá origem à tentativa de sistematizar “famílias” de papéis temáticos é o fato de que uma lista não estruturada permitiria, em princípio, um número infinito de tipos semânticos de argumentos, como vimos acima. Assim, em Jackendoff (1972) e seus outros trabalhos subsequentes, o autor toma como base propostas de Gruber (1965), explicitando-as no que chamou de “Hipótese das Relações Temáticas”, que é a primeira teoria organizada dos papéis temáticos – isto é, a primeira tentativa de fornecer algum limite para os papéis possíveis. A formulação da hipótese é a seguinte:

Em qualquer campo semântico de [EVENTOS] ou de [ESTADOS], as principais funções de evento, de estado, de deslocamento e de locação são um subconjunto das funções que são usadas para a análise de uma

locação ou de um deslocamento. Os campos diferem em somente três possibilidades:

- a. que tipo de entidades podem aparecer como tema;
- b. que tipo de entidades podem aparecer como objetos de referência espacial;
- c. que tipo de relação o papel desempenhado pelo lugar assume no campo das expressões espaciais.(JACKENDOFF, 1985, p. 188)

Jackendoff propõe, então, que muitas caracterizações podem ser feitas estendendo a semântica de eventos e estados locativos para campos não-locais: cada conjunto de extensões deve especificar (a) o tipo de constituinte conceitual que serve como *tema*, (b) o tipo de constituinte que serve como objeto de referência e (c) um esquema de interpretação a noção de “tema estando em uma locação” para qualquer outra noção relacional central para este campo. Por exemplo, no campo da posse, temas e objetos de referência devem ser THINGS; e a noção de “X estando em uma locação Y” interpretada cognitivamente como *Y possuindo X*. Vemos que o tema desempenha papel fundamental: daí o nome derivado – relações temáticas. A consequência dessa abordagem, também conhecida como hipótese localista, é que os papéis temáticos passam a ser entendidos a partir de uma mudança espacial ou de um estado de localização. Há muitas evidências para essa hipótese, como, por exemplo:

(i) a relação entre alguns campos semânticos e sua expressão sintática. O campo da posse, por exemplo, parece ser derivado do campo locacional. Estendendo a ideia de possuidor a um local no qual está o tema, nos pares de sentença *A faca pertence ao João./ O João possui a faca.* e *A geleia está no pote./ O pote contém a geleia.*, vemos que a alternância de expressão sintática é condizente em ambos os campos semânticos. Na primeira oração de cada par, o tema (o argumento que está sendo localizado/possuído) aparece como sujeito e sua locação (ou possuidor) como complemento oblíquo. Na segunda oração de cada par, a locação (ou possuidor) aparece como sujeito enquanto o tema aparece como objeto direto. Assim, há uma certa uniformidade de expressão sintática entre os dois campos, tendo em vista que compartilham os mesmos papéis temáticos, quando entendemos o campo da posse como derivado do campo locacional via metáfora. Os papéis temáticos que estão relacionados a “Hipótese das Relações Temáticas” parecem, então, ser relevantes para a expressão sintática dos verbos de posse e possibilitam uma uniformidade de análise entre esse campo e o campo da locação propriamente dita.

(ii) as preposições parecem ser, em larga medida, sensíveis às relações de localidade. Novamente tomando o campo da posse como exemplo, alguns verbos do português que designam eventos de troca de posse, como *dar*, *enviar*, *passar*, *tomar* e *obter* por exemplo, têm complementos preposicionais semelhantes aos verbos de movimentação espacial, como *ir*, *viajar*, *fugir*, *voltar* e *sair*. Quando o complemento preposicional designa a meta no evento, ou seja, com verbos locacionais, o destino do ser que se move e, com verbos de posse, o possuidor do tema depois de transcorrido o evento, costuma ser expresso pela preposição *para* (mais raramente *a*), como em *João foi para São Paulo* e em *João deu a carta para Maria*. Já, quando o complemento preposicional designa a origem do tema, *i. e.*, o local de onde parte o argumento que se desloca no campo da movimentação espacial e, no campo da troca de posse, o possuidor original do tema que “perde” a posse depois de transcorrido o evento, costuma ser expresso por *de*, como em *João veio de São Paulo*. e em *O banco tomou o dinheiro de Pedro*. Dessa forma, com a Hipótese Localista, podemos obter algumas generalizações a respeito das relações entre papéis temáticos e sua realização sintática em relação às preposições.

Submeter a teoria dos papéis temáticos à metáfora de locação ajuda muito a delimitar o número de papéis temáticos possíveis e a prever certas generalizações sobre a expressão sintática deles. Em Gruber (1965), no entanto, já víamos uma limitação da teoria: em muitos casos, ela não tem como lidar com a atribuição de papel temático ao sujeito. O que as relações de tema e lugar têm a dizer sobre, por exemplo, as noções de agente, instrumento e causador? Assim, já em sua tese, o autor já trata em capítulos à parte as relações que ele chama de CAUSAIS. Em trabalhos subsequentes que admitem a Hipótese Localista, como Jackendoff (1990), há, além do “esquema temático”, um “esquema acional”.

Jackendoff (1990) se vê frente à necessidade de papéis “não-localistas”, pois não consegue dar conta de casos como o do verbo *dançar*, que, na verdade, não envolve nenhum tipo de relação de lugar em uma oração como *João dançou a noite toda*. Com exemplos como este, para sanar alguns problemas, Jackendoff (1990) postula o plano acional, ao qual estão vinculados os papéis de agente (ator) e paciente (afetado). Assim, a análise semântica de orações que não são passíveis de serem analisadas no plano temático é feita no plano acional, que sustenta, por exemplo, que *João*, na oração anterior, é, na verdade, agente no

evento de dançar. Assim, o fato é que precisamos de pelo menos duas famílias de papéis semânticos: os "temáticos" propriamente ditos, ou seja, os resultantes da metáfora locacional; portanto, relativos a estados e mudanças de estados; e os "acionais", ou seja, resultantes das relações de ação e afetação do evento, portanto, os relativos aos componentes de, por exemplo, "ação intencional" e "causação de mudança estado". Na verdade, por trás desses dois grupos de papéis temáticos, há uma teoria da "estrutura de eventos", ou seja, elementos mais básicos que compõe o significado dos verbos e que dão conta da realização sintática e de outras propriedades da língua. Os papéis temáticos, portanto, passam a ser entendidos como argumentos de elementos mais primitivos, semelhantes a funções semânticas. Assim, tema, por exemplo, passa a ser o argumento da função semântica primitiva de deslocamento ou de locação, enquanto agente passa a ser o argumento da função semântica primitiva de causação. No entanto, dentro dessas teorias, há um elemento que ainda não especificamos, pois, afinal, sabendo e delimitando quais são os papéis temáticos, qual é sua relação com a sintaxe? Em outras palavras, como esses elementos da semântica dos verbos se vinculam às categorias e funções gramaticais? Isso é o que discutiremos na seção que segue, especificamente, a hipótese da hierarquia temática.

6. HIERARQUIA TEMÁTICA: COMO OS PAPÉIS TEMÁTICOS MAPEIAM A SINTAXE

Vimos até agora que os papéis temáticos, enquanto teoria de representação lexical, conformam uma teoria de interface entre a semântica e a sintaxe. No entanto, até o momento não exploramos verdadeiramente como é feita essa vinculação entre o significado dos verbos e seus argumentos. Por enquanto, vinhamos, de certo modo, aceitando como natural a vinculação entre, por exemplo, o papel temático de agente e a função gramatical de sujeito. Isso se deve, em grande parte, ao fato de essa ser uma relação feita pela maior parte das línguas, que está descrita na maior parte dos manuais de gramática que conhecemos. No entanto, essa ligação não é arbitrária e deve ser explicada. Uma das hipóteses para explicá-la é a hipótese da HIERARQUIA TEMÁTICA, proposta pela

primeira vez por Fillmore (1968). O autor, ao estipular essas noções que viemos discutindo, buscava dar conta de semelhanças semânticas em orações diferentes do ponto de vista da sintaxe. No entanto, o problema que emerge é como e porque os itens lexicais selecionam determinado papel temático para preencher as suas posições sintáticas. A maneira encontrada por Fillmore (1968) de formular isso foi estabelecer uma relação de precedência entre os papéis temáticos. Essa primeira hierarquia se baseia no exemplo (1), retomemos:

- (3) a. João abriu a porta com a chave.
 b. A chave abriu a porta.
 c. A porta abriu.

Essa amostragem motiva a seguinte hierarquia: o *agente*, quando é expresso, precede o *instrumento* que, quando é expresso, precede o *objetivo*. Essa motivação para as hierarquias temáticas chamamos de DEPENDÊNCIA DE CONTEXTO, ou seja, a realização sintática dos argumentos depende dos papéis temáticos que co-ocorrem, pois, como já vimos, não há uma correspondência um-para-um entre papel temático e realização sintática. Entretanto, essa precedência na hierarquia não é consensual. Ao adicionarmos só mais um exemplo à amostra com que lida essa hierarquia, como *A porta abriu com a chave.*, já temos um problema, visto que, nessa oração, o *objetivo* precede o *instrumento*. O próprio Fillmore (1971) afirma que, apesar de a maioria das análises feitas em 1968 estarem incompletas ou erradas, é a ideia que deveria ser mantida. Assim em Fillmore (1971), já há uma reformulação da hierarquia proposta em Fillmore (1968), conforme veremos a seguir.

A análise de dados em diversas línguas tem dado vazão a uma proliferação de hierarquias temáticas com distintas formulações entre seus autores. O que parece ser consensual entre eles, no entanto, é que deve haver uma hierarquia, e essa hierarquia, segundo Rappaport-Hovav & Levin (2004, p. 1) deve (i) ser válida para todas as línguas, (ii) ser válida pra todos os fenômenos relevantes e (iii) emergir de uma ampla pesquisa empírica. A partir desses pressupostos, muitas já foram propostas; vejamos, então, algumas delas de acordo com a comparação proposta em Levin & Rappaport Hovav (2004, p. 2) (Nas hierarquias temáticas que seguem, Ag é agente, T é tema, Pac é paciente, M é meta, O é origem, L é lugar, Exp é experienciador, Ben é o beneficiário, Rec é o recipiente, Inst é o instrumento, Temp é tempo, Dat é dativo, Assoc é associado, Man é maneira e Ca

é causa e a “meta” de Dik e o “objetivo” de Fillmore são renomeados como paciente e o “effector” de Van Valin é traduzido como causa, de acordo com o uso mais convencional):

- (4) a. Baker 1997 Ag > T/Pac > M/O/L
 b. Belletti & Rizzi 1988 Ag > Exp > T
 c. Bresnan & Kanerva 1989 Ag > Ben > Rec/Exp >
 Inst > T/Pac > L
 d. Dik 1978 Ag > Pac > Rec > Ben >
 Inst > L > Temp
 e. Fillmore 1971 Ag > Exp > Inst > Pac >M/O/L >
 Temp
 f. Givón 1984 Ag > Dat/Ben >Pac > L > Inst/Assoc
 > Man
 g. Jackendoff 1990 Ag > Pac/Ben > T > M/O/L
 h. Van Valin 1990 Ag > Ca > Exp > L > T >
 Dat

Da comparação entre as hierarquias propostas, poderíamos inferir que elas, na verdade, complementam-se, afinal, cada uma parte da análise empírica dos dados de algumas línguas e da formulação da precedência que cada língua impõe aos argumentos. Levando em conta os pressupostos que são comumente aceitos, cf. Rappaport-Hovav & Levin (2004), chegaríamos, portanto, a uma lista universal que desse conta de todos os casos relevantes a partir da comparação e da fusão entre essas hierarquias, visto que cada uma delas é baseada em uma análise empírica. No entanto, analisando com mais atenção, atestamos a impossibilidade de estabelecer uma lista única a partir dessas diferentes hierarquias. Uma das razões para essa impossibilidade é, por exemplo, a contradição entre as precedências nessas listas: Fillmore (1971) estabelece o instrumento como prioridade em relação ao paciente para ocupar a posição de sujeito com certa razão, pois essa precedência dá conta dos exemplos em (3); por outro lado, Givón (1984) estabelece o paciente como prioridade para ocupar a posição de sujeito frente ao instrumento, também com certa razão, pois há exemplos que comprovam essa prioridade, como *A porta abriu com a chave*. Outro problema que emerge de uma análise mais detida nessas hierarquias é a maior ou menor especificação dos papéis temáticos: Van Valin (1990) propõe a

diferenciação entre agente e a causa, pois, como vimos, são possíveis as orações *O vento abriu a porta*, *A porta abriu com o vento* e também *João abriu a porta.*, mas soa estranho ?? *João e o vento abriram a porta*. Além desses dois problemas, vemos que alguns papéis temáticos não co-ocorrem em todas as análises: experienciador aparece somente nas listas de Belletti & Rizzi (1988), Bresnan & Kanerva (1989), Fillmore (1971) e Van Valin (1990); enquanto beneficiário aparece somente nas listas de Bresnan & Kanerva (1989), Dik (1978), Givón (1984) e Jackendoff (1990). Esse último problema seria de fácil resolução: adicionam-se os papéis temáticos às listas que carecem deles na posição proposta pelo autor que os utiliza. No entanto, isso não é possível, visto que, mesmo na análise empírica, há divergências: Bresnan & Kanerva (1989) e Dik (1978) atribuem o papel de recipiente, por exemplo, ao pronome *me* em uma oração como *João me deu um bolo de aniversário.*, enquanto Jackendoff (1990) atribuiu-lhe o papel de beneficiário. Não poderíamos, portanto, adicionar o papel temático de recipiente à lista de Jackendoff (1990), pois a análise já atribuiu um papel aos argumentos que receberiam esse papel, estabelecido em uma determinada ordem de precedência. Adicionar o papel temático de *recipiente* à essa hierarquia criaria uma contradição evidente.

Com todos esses problemas em vista, as questões controversas que se colocam são, segundo Jackendoff & Culicover (2005, p.183), “se uma hierarquia temática consistente, que de conta de todos as ligações, pode ser desenvolvida e qual hierarquia é essa.” Para solucionar esses problemas, os autores limitam o alcance da hierarquia, propondo que a hierarquia temática: (i) só trabalhe na atribuição de papéis temáticos aos Sns (sujeito e objeto direto); (ii) não dê conta de todos os papéis temáticos, como no caso dos verbos *experienciador-estímulo*. Assim, a hierarquia proposta é a seguinte:

(5) Ator/Agente > Paciente/Submetido/Beneficiário > não-Paciente, Tema > outras

De fato, essa pequena hierarquia incide sobre diversos processos de realização argumental do português, inclusive em verbos de diferentes classes semânticas, como os verbos *quebrar*, *rolar*, *receber*, *grudar*. Vemos, então, que uma das saídas propostas para as controvérsias na hierarquia temática é limitar seu alcance e direcionar seu escopo. Já o fato de não ser uma generalização acerca de todos os papéis temáticos possíveis, faz-nos desconfiar da capacidade

explicativa da teoria, afinal, por que haveria papéis temáticos que não estão em determinadas escalas e em que outros estão? Newmeyer (2000, p.65) é cético em relação às hierarquias temáticas: “Há grandes razões para para duvidar que existam hierarquias temáticas previstas pela GU [Gramática Universal]. Esta parece ser a melhor explicação para que, depois de três décadas de pesquisa, ninguém tenha proposto uma hierarquia de papéis temáticos que feche a questão.”

No entanto, antes de chegarmos a uma conclusão radical como a de Newmeyer (2000), precisamos estudar melhor as hierarquias temáticas, visto que, ainda que tenham problemas, elas sustentam interessantes generalizações a respeito das línguas. Na verdade, diversos trabalhos que utilizam hierarquias temáticas tentam capturar as generalizações que estão por trás das hierarquias e que são constitutivos dos papéis temáticos. Uma saída, portanto, seria decompor os papéis temáticos nos elementos primitivos que os constituem, como faz Dowty (1991), que os decompõe em acarretamentos lexicais, como já vimos. Seguindo esse autor, Cançado (2003), por exemplo, propõe, com base em uma extensa análise empírica, que a hierarquia seja composta dos seguintes elementos semânticos (características que embasam os papéis temáticos de agente, paciente, experienciador, etc.): desencadeador, afetado, estativo e controle (que seria compatível com os outros três elementos). Com esses elementos, propõe a seguinte ordem de precedência:

(6) Desencadeador com controle > Desencadeador > Afetado com controle > Afetado > Estativo com controle > Estativo

Então, o verbo que acarretar um argumento que for “desencadeador com controle”, terá esse argumento vinculado a função de sujeito, como, por exemplo, em (3a). Se não houver um “desencadeador com controle”, o elemento que for “desencadeador” será o sujeito da frase, como em (3b). Em não havendo nenhum argumento que acarrete essas duas primeiras características, será ligado à posição de sujeito o argumento que for “afetado com controle”, como em, por exemplo, *João recebeu o livro.*, e assim sucessivamente. Vemos, portanto, que o principal mérito da hierarquia temática, a “dependência de contexto” para a realização argumental, nessa proposta, foi mantida. O que se fez, na verdade, foi capturar a generalização que havia por trás da ordem dos papéis temáticos.

Um possível problema para todas as hierarquias temáticas, inclusive essa

de Cançado (2003) são as alternâncias argumentais, pois a ideia da “dependência de contexto” fica prejudicada, tendo-se em vista que os mesmos argumentos ocorrem em diferentes funções sintáticas. Assim, para, por exemplo, alternâncias possuidor/possuído, como em *João possui a bola.* e *A bola pertence a João.*, fica difícil explicar uma ordem de precedência, a menos que se diga que eles têm acarretamentos diferentes, o que não parece ser verdade, já que *João* em ambas as orações parece ser “afetado com controle”. Na seção seguinte, exploraremos as tentativas de soluções dadas para esses problemas e tentaremos congregá-las em uma teoria de interface, afim de entender a complexidade do fenômeno da realização argumental; talvez se tratem de interfaces paralelas: entre semântica lexical e sintaxe, sintaxe e estrutura informacional e semântica lexical e estrutura informacional.

7. HIERARQUIA TEMÁTICA: UM LUGAR PARA INTERFACES

Um dos problemas que gera tantas discordâncias nessas listas, segundo Bresnan & Kanerva 1989 (*apud*, Rappaport-Hovav & Levin 2004 e Levin & Rappaport-Hovav 2005), são as diferentes interpretações de “proeminência”. Por um lado, proeminência pode ser definida estruturalmente a partir da representação semântica do verbo, ou seja, a partir dos elementos constitutivos de seu significado, como faz Jackendoff (1990) por exemplo. Como vimos, esse autor estabelece os papéis temáticos a partir de dois esquemas: o esquema acional e o temático. Nessa perspectiva, os papéis temáticos seriam definidos a partir de elementos mais primitivos, representados na estrutura de eventos de ação e de locação codificada pelo significado verbal.

Baseado nessa ideia, Jackendoff (1990, p. 258-260) formula a sua hierarquia temática da seguinte forma: a ordem dos papéis temáticos no plano acional da esquerda para a direita (ou seja, do argumento que tem a performance da ação para o afetado pelo evento), seguida pelos papéis temáticos no centro da estrutura conceitual do plano temático (ou seja, do argumento localizado – o tema – para o seu deslocamento ou locação), vai do menos encaixado (posição de sujeito) para o mais encaixado (posição de objeto direto). Com isso, cf. Jackendoff (1990, p. 259-260), dá conta de uma série de classes de verbos como (a

representação a seguir, segue a fórmula papel no plano acional/papel no plano temático; os pontos de interrogação são utilizados pelo próprio autor para indicar análises em que ainda tem dúvidas; os exemplos são nossos):

(7) classes verbais que obedecem à hierarquia:

- a) os intransitivos: ator/tema (*João caminhou.*); ator/origem (*A chaminé enfumçou(-se).*); ator ou paciente/tema (*A bola rolou.*); paciente/meta (*O tanque encheu.*); beneficiário/? (*O paciente curou(-se).*)
- b) os transitivos: ator/agente, paciente/tema (*Pedro jogou a bola.*); ator/agente, paciente/meta (*João bateu a cabeça.*); ator/agente, paciente/origem (*O ladrão roubou a loja.*); ator/agente, beneficiário (*O médico ajudou as crianças.*); ator/agente, beneficiário/meta (*A instituição supriu as necessidades do povo.*); ator/tema, paciente/meta (*A grama cobriu o campo todo.*); ator/tema, origem (*Pedro deixou o hospital.*); ator/tema, meta (*João invadiu a sala.*); ator/tema, objeto de referência (*Maria subiu a escada.*); ator/origem, tema (*O cliente emitiu os cheques.*); beneficiário/meta, tema (*Seu pai recebeu as multas.*); ator ou beneficiário/meta, tema (*O policial obteve o mandado.*); paciente/origem, tema (*Cleiton perdeu o as chaves.*); tema, locação (*O rato habita lugares úmidos.*); tema/objeto de referência identificacional (*Pedro é policial.*); paciente/?/? (*GH sofre angústias da vida moderna.*); ator/agente, paciente/meta (*Maria assusta Pedro*); (re)ator/?, estímulo/? (*João repugna o comportamento de Maria*);
- c) os ditransitivos: ator/agente, paciente/origem, tema (*O banco privou o cliente dos benefícios.*), ator/agente/origem, beneficiário/meta, tema (*João presenteou Pedro com um carro.*); ator/agente, paciente/tema, meta identificacional (*O juiz julgou o réu inocente.*)

Vemos que a hierarquia temática de Jackendoff (1990) explica muitas realizações argumentais. No entanto, devemos interpretá-la da maneira correta: a hierarquia e mesmo os papéis temáticos são, na verdade, um resultado da estrutura de eventos dos verbos. Ou seja, não são os elementos primitivos; são, antes, resultantes de elementos mais primitivos de significado dos verbos, que são os conceitos que compõem o plano acional e o temático. Nesse caso,

quem define o conjunto de papéis que podem co-ocorrer como parte da representação lexical de um verbo é um pequeno conjunto de primitivos semânticos.

Um outro aspecto importante da concepção de Jackendoff é que procura conceber a hierarquia de modo que a sintaxe expresse relações de encaixamento da semântica. Como se sabe, o objeto direto está “mais encaixado” na estrutura de constituintes da frase que o sujeito – o sujeito é um constituinte da frase, e o objeto é um constituinte do sintagma verbal. Isso ocorre, na teoria de Jackendoff, porque o objeto direto corresponde ao tema de um verbo transitivo, e o tema é um argumento que aparece num evento subordinado, “mais encaixado” na estrutura semântica, que o evento em que aparece o agente – que corresponde ao sujeito.

Especificamente: verbos transitivos, como em *João quebrou/triturou/esmigalhou/destruiu o vaso*, têm a representação conceitual [X CAUSAR [Y TORNAR-SE <RESULTADO>]]. Nesta representação, o tema é Y e aparece no evento de “tornar-se”, que é “encaixado” no evento de “causar”. O agente é X, que é o evento “superior” da estrutura. Portanto, o “encaixamento sintático” representa uma diferença de encaixamento na representação conceitual. Por outro lado, esse modo de conceber a relação entre os encaixamentos semânticos e sintáticos cria um problema quando se trata da realização dos argumentos de verbos com estrutura conceitual mais simples, como *ter, amar, ver, querer e varrer*.

Por outro lado, segundo Levin & Rappaport-Hovav (2005), proeminência pode ser tomada como sendo o correlato de algum tipo de “saliência cognitiva”, de alguma “escala natural”. Em parte, é essa ideia que embasa os trabalhos de Fillmore (1971) Dowty (1991) e Cançado (2003), nos quais se percebe que a hierarquia temática é o resultado cumulativo da interação de relações de proeminência entre entidades semânticas. No entanto, o que não se explica nestes trabalhos é: (i) por que o mapeamento parte do sujeito para as demais funções sintáticas; e (ii) por que são os elementos semânticos escolhidos, e não outros, os que são mais, ou menos, proeminentes.

Um modo de resolver o dilema sem apelar para alguma “escala natural externa” foi concebido por Givón (1984), que propôs uma noção de “proeminência” verificável linguisticamente. Para ele (e, antes, para Hankinson & Hyman 1974, cf. Rappaport-Hovav & Levin 2004, p. 11), a noção de

“proeminência” pertinente para a realização argumental diz respeito a uma “escala de topicalidade discursiva dos tipos de argumentos”. Como é bem conhecido na literatura sobre estrutura informacional (Vallduví & Engdahl 1996, Erteschik-Shir 2007, entre outros), na literatura funcionalista (Dik 1974, Givón 1984, entre outros) e mesmo em artigos sobre a realização argumental (Wasow 1997, 2002; Levin & Rappaport-Hovav 2005, 2008; Levin 2008, entre outros), a realização dos argumentos é largamente sensível a topicalidade discursiva. Vamos nos deter agora em explicar como isso pode ser uma saída para explicar fenômenos da realização argumental – como, inclusive, a “pedra no sapato” das hierarquias temáticas: a alternância de argumentos.

A “estrutura informacional” é o “sistema de opções que a gramática oferece aos falantes para expressarem um dado conteúdo proposicional em diferentes formas gramaticais, sob variadas circunstâncias discursivas” (LAMBRECHT, 1994, p. xiii). Assim, se o discurso é coeso, o falante geralmente encadeia uma sentença na outra; e, normalmente, o faz introduzindo informação nova depois de tê-la precedido por informação conhecida pelo interlocutor. O falante, portanto, deve indicar linguisticamente que informação na sentença deve ser entendida como conhecida pelo interlocutor – isto é, que informação é “dada”; e que informação deve ser entendida como “nova”.

Entre as “informações dadas” de uma sentença encontra-se, geralmente, o “tópico do discurso”, ou seja, o referente “sobre quem a frase fala” (cf. Givón 1984). Para fazer essas distinções entre informação dada (especialmente, o tópico) e informação nova, as línguas utilizam uma série de dispositivos, como por exemplo a ordem das palavras nas frases. É sabido que, quanto mais à esquerda na frase, a função gramatical tende a ser mais “tópica”. Disso decorre aquela grande confusão da gramática tradicional: afirma-se que o sujeito é o ser de quem se fala na oração, quando, na verdade, este é o tópico; de fato, existe a tendência de o sujeito ser, normalmente, o tópico da sentença, pelo fato de ser normalmente a função gramatical mais à esquerda na frase; mas isso é uma tendência, e “sujeito” e “tópico” são coisas diferentes, que têm alguma correlação entre si. De fato, Givón propõe uma “escala de correspondência” entre graus de topicalidade e funções gramaticais, que, em português, poderíamos expressar assim (para uma discussão mais detida sobre topicalidade de funções gramaticais, ver Givón (1984), Vallduví & Engdahl 1996, Erteschik-Shir 2007, entre outros):

(8) Sujeito > Clíticos > Objeto Direto > Complementos Preposicionados

Dessa forma responderíamos a questão (i): por que o mapeamento parte do sujeito para as demais funções sintáticas? Porque o sujeito está mais alto na escala de topicalidade discursiva, por estar mais à esquerda na frase. O segundo ponto interessante dessa ideia dessa concepção de hierarquia temática como escala de proeminência discursiva são os elementos semânticos que ordenam as hierarquias. Na seção anterior, vimos que Cançado (2003), baseada em Fillmore (1977) e em Dowty (1991), estabelece uma hierarquia de elementos semânticos que dão proeminência aos papéis temáticos. Ela sustenta que o argumento semântico mais proeminente seria o argumento que é desencadeador com controle do evento. Se pensamos que mais proeminente tende a ser o elemento mais propenso a ser tópico no discurso, parece que o argumento que executa a *performance* dada pelo conteúdo verbal é o mais proeminente, tendo em vista que, se perguntamos para uma oração com um “verbo de ação transitiva” na voz ativa e na ordem direta sobre quem ela fala, a resposta obrigatoriamente será o agente, ou seja, o desencadeador com controle, em última instância quem executa a performance no evento, o que ocorre com os verbos *comer, jogar, pichar, pintar, vencer* e tantos outros.

Outra relação que se torna natural, quando entendemos que proeminente é aquele mais dado a ser tópico do discurso, é a seleção do objeto direto em verbos de mudança de estado. Como já vimos, o agente desses verbos, quando presente, tende a ser o sujeito. Como esses verbos, muitas vezes, trazem como informação nova o estado em que se encontra o paciente ao final do evento transcorrido, esse tende a ser o elemento mais à direita da frase, ou seja, (em uma frase sem adjuntos) o objeto direto, como, por exemplo, nos verbos *quebrar, destruir, limpar* entre outros.

Por meio dessa concepção de proeminência, a intuição de Jackendoff & Culicover (2005), que queriam delimitar a escolha de papéis temáticos por meio de hierarquia às funções de sujeito e de objeto direto, poderia ser explicada. Como essas duas funções são mais proeminentes discursivamente, elas têm a prioridade na hierarquia e são mais sensíveis a ela, sendo o complemento preposicionado a função “demovida” ou “demovedora”, ou seja, a função que tem menor proeminência por estar mais à esquerda na sentença. Isso explicaria o processo gramatical da voz passiva e algumas alternâncias em que os

argumentos co-ocorrem (ou seja, que não são explicáveis pela dependência de contexto).

Primeiramente, consideremos a voz passiva. Como vimos, verbos de ação transitiva na voz ativa tendem a selecionar como sujeito o agente. Na voz passiva, o que ocorre é uma espécie de promoção-e-demoção forçadas por um processo gramatical: promove-se a sujeito o argumento que é menos proeminente na hierarquia temática por meio da alteração na voz do verbo; ao mesmo tempo, demove-se o argumento mais proeminente na hierarquia por meio da preposição, para a posição de complemento preposicionado (ou adjunto) mais à direita na frase.

Consideremos, agora, as alternâncias que não são “dependentes de contexto”, que, na verdade, sofrem um processo muito semelhante na maioria das vezes. Observemos os exemplos em (9), dos verbos de posse:

- (9) a. João tem/possui/carrega/porta/ostenta um casaco.
 b. Um casaco pertence a/ está com/ ?cabe a João.

Vemos que João nas frase em (9) é o argumento mais bem ranqueado na hierarquia, talvez por ser “afetado com controle” nas palavras de Cançado (2003), ou por ser beneficiário na hierarquia do plano acional de Jackendoff (1990). O fato é que ele é mais dado a ser tópico discursivo que o elemento possuído, no caso o *casaco*. No entanto, quando observamos os verbos em (b) nos colocamos em dúvida sobre a validade da hierarquia. Se pensarmos, por outro lado, que o processo é semelhante a passivização, ou seja, o elemento mais proeminente na escala é forçadamente demovido pela preposição, temos uma explicação natural para essa seleção de argumentos.

Há outro processo de promoção/demoção de argumento que pode ser compreendido em termos da escala de topicalidade de Givón: trata-se da seleção entre a variante clítica dos verbos de transferência de posse e a variante preposicionada, como em *Maria deu um presente para mim./Maria me deu um presente*. Nessa alternância, temos os mesmos papéis temáticos co-ocorendo; o que vai determinar uma forma ou outra é a promoção que o falante quer dar ao possuidor do tema depois de transcrito o evento. De fato, como observam Levin & Rappaport-Hovav (2005, 2008) a respeito da alternância dativa do inglês (como em *Mary gave a present to me./ Mary gave me a present.*), estrutura informacional pode determinar qual a variante a ser escolhida. Em português, isso

se torna mais evidente, na medida em que somente pronomes podem ser clíticos: pronomes tendem a ser *informação dada* e, portanto, tendem a aparecer mais à esquerda na sentença, o que é obviamente verdade para os clíticos, que são obrigatoriamente presos ao verbo, conforme se vê em (10).

(10) ...eu comprei uma camisa e dei [para meu namorado]_A ele gostou mas ele ate agora não[me]_B deu nda (SIC)...

(<http://desabafa.com/desabafos-femininos/2955-ele-nao-me-deu-presente-nos-dia-dosnamorados-e-eu-dei-presente-para-ele>)

Vemos que A é um elemento que está sendo introduzido no discurso e, por isso, aparece na forma preposicionada mais à direita na sentença, enquanto B, como um elemento já referido no discurso, aparece como um clítico junto ao verbo. Isso é natural tendo em vista que, para introduzir um novo referente precisamos, geralmente, de um sintagma nominal pleno.

Há uma objeção que poderíamos colocar para a noção de proeminência enquanto “grau de topicalidade”, considerando os efeitos das hierarquias temáticas. A objeção tem a ver com as alternâncias que ocorrem entre sujeito e objeto direto em verbos em que os mesmos papéis temáticos co-ocorrem, como em *A Maria preocupa/assusta/desagrada o João.* e *O João teme/ama/adora a Maria.* Na verdade, o que explicaria esse tipo de alternância é a estrutura de eventos juntamente com o que é denotado pela significado denotado pelo verbo. Os verbos *preocupar/assustar/desagradar* inerentemente denotam ações que alguém faz e que tornam o outro preocupado, assustado ou desagradado (estrutura semântica semelhante à dos verbos de mudança de estado física, cf. Cançado & Godoy 2010). Ou seja, são verbos que têm um desencadeador que executa uma performance, característica que tende a torná-lo tópico do discurso. Já os verbos *temer/amar/adorar* denotam outro evento completamente diferente: existe um participante que reage positiva ou negativamente a uma ação ou a um comportamento do outro participante tendo medo, amor ou adoração (cf. Jackendoff 1990 baseado em Talmy 1985). Essa estrutura eventiva promove o “reagente” a tópico do discurso, visto que, na verdade, ele é o assunto do verbo (cf. Givón 1985). Esse tipo de dualidade na interpretação do evento só é permissível para determinados tipos de verbos, como os psicológicos, por serem verbos não-acionais, ou seja, não há uma relação temporal inerente entre as

ações denotadas pelo significado do verbo e por não terem uma sucessão de eventos visível (ou seja, um desencadeador claro do evento), conforme Croft (1991).

Outra questão interessante é a permissão ou não das co-ocorrências entre os papéis temáticos. Provavelmente, as co-ocorrências estejam de fato vinculadas aos tipos de eventos denotados pelos verbos, conforme a hipótese da proeminência baseada nas estruturas de eventos. Além disso, parece também que as raízes verbais influenciam na realização de argumentos e na hierarquia temática. Nos verbos de causação de movimento, por exemplo, o desencadeador é ligado à posição de sujeito, como em *João rolou a bola montanha abaixo*. Quando não está presente o desencadeador, o tema é ligado à posição de sujeito, por passar a ser o tópico da oração, como em *A bola rolou montanha abaixo*.

Existe, no entanto, uma subclasse dos verbos de causação de movimento que não permitem essa alternância, como em *João empurrou/jogou/chutou/arremessou a bola montanha abaixo*./**A bola empurrou/jogou/chutou/arremessou montanha abaixo*. A agramaticalidade dessas orações se deve ao fato de a raiz do verbo focar a performance do desencadeador (ou o modo como ele atua no evento). Em outras palavras, *empurrar/jogar/chutar/arremessar* só podem formar sentenças se o desencadeador do evento fizer um ato de empurrar/jogar/chutar/arremessar com o tema e isso for o foco da situação que está sendo descrita.

Fica claro, então, que a hierarquia temática atua sobre os verbos de maneira integrada com a estrutura de eventos e a raiz verbal, para, assim, proporcionar um mapa para a realização dos argumentos dos verbos. Entendemos, então, que ambas as noções de proeminência, ou seja, entendida como epifenômeno da estrutura semântica do verbo e entendida, por outro lado, como escala de aptidão para topicalidade discursiva, influenciam na escolha dos argumentos e não podemos desvincular a hierarquia temática de nenhuma delas.

CONCLUSÃO

Decorridos mais de 35 anos da publicação de Fillmore (1968), a noção de papel temático se tornou nuclear na discussão sobre a relação entre as

propriedades sintáticas dos termos associados a um verbo e a representação lexical do significado deste verbo. A partir da ideia de que a realização de argumentos é resultado da interface entre a sintaxe e a semântica, os papéis temáticos foram tomados, durante muitos anos, como os elementos do significado verbal que são relevantes para a sintaxe. No entanto, como vimos, eles não são capazes, por si só, de explicitar a relação semântica entre uma entidade e o evento denotado pelo verbo e de indicar para a gramática como essa relação deve ser expressa em termos de posição na frase, concordância, preposições, etc.

Especialmente nas últimas seções, procuramos mostrar que muitos dos problemas da teoria dos papéis temáticos se manifestam quando tentamos explicitar um dos instrumentos auxiliares fundamentais para que ela funcione: a hierarquia temática. Procuramos também indicar aquilo que nos parece ser a fonte destes problemas: observando o conjunto de fatos concebidos como “efeitos” da hierarquia temática, concluímos que não se limitam a questões de interface entre sintaxe e semântica lexical. Parecem também incluir aspectos que dizem respeito à estrutura informacional das frases. Integrando este aspecto à discussão, parece-nos, torna-se possível compreender melhor a função dos papéis temáticos na organização gramatical de uma língua.

Assim, à guisa de conclusão, gostaríamos de dizer que, a nosso ver, a discussão apresentada no presente artigo indica duas conclusões básicas acerca da noção de “papéis temáticos” nos estudos gramaticais. Em primeiro lugar, parece-nos que a discussão indica claramente que os papéis temáticos podem ainda ser utilizados em descrições linguísticas, embora provavelmente não como primitivos: são antes recursos úteis para compor uma descrição primária, inicial, do sistema de correspondências entre semântica lexical dos verbos e as funções gramaticais de sujeito, objeto direto e indireto, etc. Em segundo lugar, parece-nos claro, também, em termos de um estudo mais avançado deste sistema, será inevitável ter em mente que as chamadas “hierarquias temáticas” refletem, na verdade, diferentes tipos de generalizações, ora ligadas à interface entre semântica lexical e sintaxe, ora entre semântica lexical e estrutura informacional, ora entre estrutura informacional e sintaxe.

INTRODUCING AND DISCUSSING THE THEMATIC ROLES AND THE THEMATIC HIERARCHIES: A INTERFACE QUESTION

Abstract

The thematic roles and thematic hierarchies have been utilized largely in linguistic theory which focus on argument realization. In this work, our specific aims are (a) to introduce and to discuss the thematic roles and the thematic hierarchies; and (b) to demonstrate that the utilization of notion of the thematic roles and the thematic hierarchies reflects the interface between syntax, semantics and pragmatics. In order to prove this idea, we will make a revision of literature about thematic roles, focusing the controversial questions of this theory. At the end, we will come to two conclusions: (i) the thematic roles can not be the primitives to argument realization, but even can be largely utilized in linguistic descriptions as elements of primary description of language; e (ii) the thematic hierarchies reflect generalizations about argument realizations governs by interfaces between semantics, syntax and informational structure.

Keywords: Interfaces. Argument realization. Thematic roles. Thematic hierarchies.

NOTAS

- ¹ Bolsista de Iniciação Científica do Pibic/CNPq – graduando da UFRGS.
- ² Bolsista de Produtividade Capes – Professor adjunto da UFRGS – Doutor em Linguística pela Universidade de Leiden(Holanda).

REFERÊNCIAS

- BAKER, M. C. Thematic Roles and Syntactic Structure. In L. Haegeman, ed., *Elements of Grammar*. Handbook of Generative Syntax, Dordrecht: Kluwer, 73-137, 1997.
- BELLETTI, A. & L. RIZZI. Psych-verbs and theta theory. *Natural Language and Linguistic Theory* 6, 291-352, 1988.

BRESNAN, J. & J. KARNEVA. Locative Inversion in Chichewa: A Case Study or Factorization in Grammar. *Linguistic Inquiry* 20, 1989, 1-50.

CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. IN: A. L. Muller, E. Negrão e M. J. Foltran (orgs.). *Semântica Formal* São Paulo: Editora Contexto, 2003. 95-124.

_____. *Manual de semântica: Noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____.& L. GODOY. Relacionando as estruturas semântico-lexical e sintático-lexical. *Anais do Encontro do GT de Teoria da Gramática da ANPOLL*. UNB. 2010.

CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Almedina, 1965.

CROFT, W. *Syntactic Categories and Grammatical Relations*. Chicago: University Chicago Press, 1991.

DIK, S. C. *Functional Grammar*. Amsterdam: North-Holland, 1978.

DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language* 67, 547-619, 1991.

ERTESCHIK-SHIR, N. *Information Structure: The Syntax-Discourse Interface*. Oxford University Press: Oxford, 2007.

FILLMORE, C. The case for case. In: E. Bach & R. T. Harms, eds., *Universals in Linguistic Theory*. New York, 1968.

_____. Some problems for Case Grammar. In: R. J. O'Brien, ed., *Report of the 22nd Annual Roundtable Meeting on Linguistics and Language Studies*. Washington: Georgetown University Press, 1971.

_____. The case for case reopened. In: P. Cole & J. M. Sadock. *Syntax and Semantics 8 Grammatical Relations*. New York: Academic Press, 1977.

GIVÓN, T. *Synthax: A Functional-Typological Introduction*. V1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GRUBER, J. S. *Studies in Lexical Relation*. Tese de doutorado. Cambridge: MIT, 1965.

JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.

_____. Toward an Explanatory Semantic Representation. *Linguistic Inquiry* 5.4, 481-506, 1976.

_____. *Semantic Structures*. Massachusetts: MIT Press, 1990.

_____. *Foundations of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____ & P. W. CULICOVER. *Simpler Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAMBRECHT, K. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: CUP, 1994.

LEVIN, B. Dative Verbs: A Crosslinguistic Perspective. *Linguisticæ Investigationes* 31, 2008, 285-312.

LEVIN, B. & M. RAPPAPORT-HOVAV. Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface, *Linguistic Inquiry Monograph* 26, Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

_____. *Argument Realization*. Cambridge: CUP, 2005.

LEVIN, B. & RAPPAPORT HOVAV, M. Lexical Conceptual Structure. A aparecer em K. von Stechow, C. Maienborn e P. Portner, eds., *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, Mouton de Gruyter, Berlin, 2008a.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. The English Dative Alternation: The Case for Verb Sensitivity. *Journal of Linguistics* 44, 2008b, 129-167.

NEWMAYER, F. J. On the reconstruction of 'Proto-world' word order. In: Chris Knight and James R. Hurford and Michael Studdert-Kennedy (ed.), *The Evolutionary Emergence of Language: Social Function and the Origins of Linguistic Form*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PINKER, S. *Learnability and Cognition: The Acquisition of the Argument Realization*. Massachusetts: MIT Press, 1989.

RAPPAPORT-HOVAV, M. and B. LEVIN. Deconstructing Thematic Hierarchies. In: A. Zaenen, J. Simpson, T.H. King, J. Grimshaw, J. Maling, and C. Manning. (eds.) *Architectures, Rules, and Preferences: Variations on Themes by Joan W. Bresnan*, CSLI Publications, Stanford, CA, 2004. 385-402.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics*. v. 1 e 2. Cambridge: MIT Press, 2000.

VAN VALIN Jr., R. D. Semantic Parameter of Split Intransitivity. *Language* 66, 1990, 221-260.

_____. & LAPOLLA, R. J. *Syntax: Structure, Meaning and Function*. Cambridge: CUP, 1997.

VALLDUVÍ E. & E. ENGDahl. The linguistic realization of information packaging. In: *Linguistics*, 34, 1996, 459-519.

WASON, T. Remarks on Grammtical Weight. *Language Variation and Change* 9, 1997, 81-105.

_____. *Postverbal Behavior*. Stanford: CSLI Publications, 2002.